



Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na Conferência Internacional Caminhos para Um Novo Contrato Social, Estratégias de Desenvolvimento e Concertação

Palácio Itamaraty, 10 de dezembro de 2003

Quero, no momento em que participo da abertura dos trabalhos desta Conferência, trazer, mais uma vez, o meu voto de congratulações ao ministro Tarso Genro, pelo brilhante trabalho que realiza à frente desse Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Quero dizer que, pela primeira vez, nós estamos assistindo, no Brasil, à realização de um trabalho que procura trazer a orientação da sociedade brasileira às políticas de governo, políticas de Estado. E isto tem sido feito por esse Conselho, do qual fazem parte brasileiros representando todos os segmentos da sociedade, desde o setor primário, secundário, terciário, de infraestrutura, no campo econômico, como também representantes do campo político, do campo social e até militar.

Agora estamos, hoje, aqui, recebendo o doutor Jacques Dermagne e o doutor Roger Briesch. Além deles, há outros representantes de países estrangeiros que participam aqui, hoje. É claro que me cabe, na condição de Presidente em Exercício, trazer-lhes também um voto de boas-vindas e o agradecimento do governo pelo trabalho e pela contribuição que eles estão trazendo aos trabalhos do Conselho.

Quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

Ministro Tarso Genro,

Excelentíssimo senhor embaixador Clodoaldo Hugueneu,

Quero também cumprimentar a Excelentíssima senhora ministra Benedita da Silva, aqui presente,

Quero cumprimentar nosso amigo, doutor Jorge Werthein, que é o



representante da UNESCO para o Brasil,

Parlamentares aqui presentes,

Senhoras e senhores embaixadores aqui presentes,

Quero dizer, em poucas palavras, que, realmente, tem sido para mim um renovado prazer quando posso participar de uma reunião desse Conselho. Nós temos recebido as informações periódicas dos trabalhos aqui realizados, das contribuições trazidas em várias reuniões por vários elementos que participam dessa entidade. E, em muitos casos, essas contribuições são objeto de discussão em reunião ministerial, em reunião com o próprio presidente Lula, que, tenho certeza, gostaria de estar aqui presente hoje, para lhes trazer uma palavra também de boas-vindas e de congratulações pelo que aqui se realiza.

Grandes temas têm sido trazidos à tona aqui, nesse Conselho. Assuntos ligados a problemas da economia. Agora, por exemplo, no momento em que ouvíamos as participações dos oradores que me precederam, todos concordaram que nós precisamos retomar o desenvolvimento de forma sustentada e com inclusão social. Essa é a tônica.

Nós sabemos que nenhum país pode considerar economia como fim, como um fim que se esgota em si mesmo. A economia é um meio. Mas é preciso que a economia seja forte, próspera e independente para que se alcancem os objetivos sociais.

Nenhum país pode fazer saúde pública sem recursos, educação, saneamento, transporte, segurança. Todas essas áreas estão carentes de recursos, que são escassos. Por maior dedicação que haja de cada departamento há, naturalmente, escassez de recursos. O Brasil é grande, é um país de 8 e meio milhões de quilômetros quadrados, um país de quase 200 milhões de habitantes. É verdade que possuímos fatores de produção excepcionais como terra, água, sol, povo bom, pacato, ordeiro, trabalhador, inteligente, versátil. Mas nós precisamos que, também, desse Conselho



continuem saindo recomendações para que sejamos intransigentes na retomada do desenvolvimento sustentável com inclusão social.

É preciso que nós, também, possamos construir no Brasil uma cultura que nos afaste, de uma vez por todas, da aceitação dos custos de capital, que são um despropósito no nosso país. Isso é quase um problema cultural no Brasil. Nós temos que nos despertar em relação a este fato. Porque nós não podemos assistir passivamente a uma dona de casa pagando 8% de juros ao mês para comprar um bem de consumo que representa um custo da ordem de 150% ao ano. Então, isso é essencial para que o Brasil retome o desenvolvimento.

Não pode haver investimento, na proporção e na dimensão de que o Brasil precisa, enquanto as atividades produtivas, estejam elas no setor primário, secundário, terciário ou de atividades de infra-estrutura, repito, enquanto essas atividades não puderem remunerar com vantagem os custos de capital. Por uma razão muito simples: o capital é apenas um dos fatores de produção. Há os outros, há o trabalho, há responsabilidade, o *know-how*, a tecnologia, a terra, o sol, a água, todos são fatores de produção que estão envolvidos numa mesma transação de investimentos. Então, nós não podemos, obviamente, aceitar que apenas um desses fatores, que é o custo de capital, receba uma remuneração superior a toda remuneração que pode ser oferecida por aquela determinada atividade.

Isso tudo não é uma posição contrária à política levada a efeito pelo governo presidido por Sua Excelência o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não. Todos sabem que nós assumimos, há onze meses, numa situação de inflação que recrudescia e ameaçava. Então, houve um cuidado muito grande, tanto no campo fiscal como no monetário.

No campo fiscal, nós elevamos o compromisso de superávit primário para 4,25% e construímos, no primeiro trimestre, 6,3% de superávit primário. Nesse mesmo trimestre do ano de 2003, tivemos custos da dívida de mais de



12% do PIB, ou seja, o dobro daqueles 6,3% de superávit primário obtido no primeiro trimestre. Paralelamente à política fiscal ultra-responsável – e precisava ser –, nós adotamos uma política monetária ultra-restritiva, quando as taxas básicas alcançavam 26,5% ao ano.

É claro que nenhuma economia pode suportar um tratamento dessa natureza. Mas poderíamos, como tenho dito, e ainda podemos, sair dessa armadilha, com responsabilidade, com a manutenção de conservadora política fiscal. O país não pode ser perdulário, mas não podemos acumular uma política fiscal ultra-conservadora com uma política monetária ultra-restritiva, porque a economia não tem como deslanchar. E nós precisamos promover o desenvolvimento.

Nós admiramos, por exemplo, os nossos irmãos do Norte. Eles estão obtendo, em dois trimestres, coisa de 8% de crescimento do PIB. Se este número for anualizado, o crescimento do PIB da América do Norte em doze meses seria igual a um PIB e meio do Brasil.

Então, nós temos que despertar. Eu até, como sou um homem simples, às vezes, mesmo aqui no Itamaraty, costumo dizer alguma coisa que provavelmente o Itamaraty não recomendasse. Mas nós precisamos despertar. E os símbolos nacionais não podem ser modificados, a não ser pela forma correta, que é a Constituição. Mas há um verso do Hino Nacional para o qual eu penso em propor, seriamente, a sua modificação. É aquele que diz assim, na segunda parte: “Deitado eternamente em berço esplêndido”. Eu queria sugerir, com métrica perfeita: “Desperto e vigilante em solo esplêndido”.

Muito obrigado.

/lrj/vpm